

Retomar a fronteira

Relações de poder se dão na convergência, mesmo que as diferenças sejam fundamentais

Osmar Paulino

| Rio de Janeiro, Brasil |

Um gerente de uma grande multinacional da indústria do palmito pupunha que tem plantio na região, inclusive dentro da aldeia, foi a minha casa e disse: “Cacique, vim conversar com vocês, porque sei que vocês não gostam que matemos os animais. Mas estamos precisando fazer alguma coisa porque as capivaras estão comendo demais as pupunhas”. Então, eu disse: “Vou defender a capivara, porque alguém tem de fazer a defesa dela. Quero saber o seguinte: sua roça encosta no rio Una?”. E ele respondeu que sim, que toda margem do rio é roçada. “A roça estende-se mata adentro não é? Pois a capivara mora em uma faixa da beira do rio de até vinte metros. Ela gosta muito de ficar dentro d’água e gosta também de ficar nesta faixa. Vocês chegaram e ocuparam a casa dela, plantaram o que ela mais gosta de comer e queriam que ela fosse embora? Ela entra no rio para tomar banho, volta para terra e se alimenta. Depois volta para o rio. Ela não está errada. Você vai fazer o seguinte: mande seus funcionários deixarem os primeiros quarenta metros do rio se transformarem em mato. Não cortem a pupunha que está lá, deixem, que é para ela”. Ele me obedeceu e logo a capivara parou de comer a plantação, pois ele respeitou o limite dela. Antes, ele tinha desrespeitado. A gente desrespeita o direito do outro e quer que o outro não reclame. Ou que o outro não viole nosso direito. Isso acontece a todo momento.

Cacique Babau, do povo Tupinambá.
Terra: ontologia afro-indígena (Ubu, 2023)

Cada palmo de terra interessa para um sistema que mede a importância do ser

humano por sua capacidade de acumular riqueza. Para tanto, privatiza-se tudo. Negros, indígenas, mulheres, água, florestas, terra. Para defender o patrimônio “terra” no Brasil, no período colonial, a coroa portuguesa criou as capitanias hereditárias. Uma delas sediada no hoje Estado da Bahia, à época conhecida como Capitania da Bahia de Todos os Santos.

Podemos entender cultura como toda organização social que produz identidade e pertencimento. Grosso modo, as sociedades têm uma capacidade de produzir representações, que dão a cada uma delas seu traço cultural. Ou seja, primeiramente, as culturas são produzidas e reproduzidas em coletividade e, portanto, não há povo que não produza cultura, como afirmava uma série de mentalidades mercantilistas e dispositivos coloniais, a partir do século XV, em seus discursos sobre o *Outro*.

A partir daqui temos que cultura — que em latim deriva de culture, que por sua vez provém da palavra cultivo, com ligação direta com o ato de cultivo da terra —, foi pelos europeus afastada da ideia de natureza. Esse modo de pensar concebeu termos como “civilização” e “selvagem”, que marcam a história de sociedades inteiras.

O que estamos dizendo é que a lógica de opor cultura e natureza, civilização e selvagens, culminou no extermínio de diversos povos originários e na escravização de milhões de pessoas sequestradas no continente africano e traficadas mundo afora. E o que estava no centro deste sistema era a terra. Não como uma ente co-irmã do ser-humano, mas como propriedade, patrimônio, passível de ser triturada até sua infertilidade e violentada para propósito exclusivo de acumular capital para seus algozes.

O que o cacique Babau reivindica é a retomada da terra, sobretudo, a retomada das fronteiras. Não há possibilidade de a civilização conviver com a natureza, se não houver um entendimento da importância das fronteiras. Pois a *fronteira* adverte para uma faixa de

transição, uma camada de convivência, em que diversas existências existem, apesar de suas diferenças.

Com isso, *fronteira* se constitui no ponto mais convergente de uma encruzilhada, ali onde ninguém e nada é maior ou melhor que ninguém e nada, onde todas as partes daquele corpo coletivo existem. É ali que a existência se faz potência circular e não linear e, com isso, aglutina saberes que perpassam o tempo e o espaço para as resoluções de problemas estruturais das cidades.

Nas fronteiras, as relações de poder se dão na convergência, mesmo que as diferenças sejam fundamentais, para a construção de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva, a fim de potencializar este ser novo cuja existência só foi viabilizada a partir desse espaço. É isto: a *fronteira* tem o potencial de ser um espaço vivido, e não um território que designa disputa de poder. Espaço vivido que remete a sociabilidade, memórias afetivas, bem-viver, ou seja, a verdadeira *polis*, parafraseando o mestre Jailson de Sousa no livro *A favela reinventa a cidade*. O *locus* perfeito da convivência em harmonia, em que cultura e natureza se complementam.

O oposto disso é o limite, o território em sua essência. O *locus* das diversas relações de poder, da soberania, da intolerância, do acúmulo, do sintético — como aponta Nêgo Bispo no livro *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Não há interação no limite, há extermínio. Há uma supervalorização da *urbe*, apenas. Uma *urbe* vazia, sem a riqueza do contraditório da democracia, dos homens lentos, como aponta Milton Santos em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

É preciso recuar alguns metros para criar fronteiras, para retomarmos nossa humanidade e nossa natureza. Quantas capivaras temos sufocado e depois reclamado de sua natural reação, em nome de nossa civilização? Por mais retomadas, por mais fronteiras em nossas *polis*.